

CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

**CIÊNCIAS
HUMANAS**

e suas **TECNOLOGIAS** >>

História

Edição revisada 2016

Fascículo 7
Unidades 13 e 14

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Vice-Governador

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado

Gustavo Reis Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado

Antônio José Vieira de Paiva Neto

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Coordenação Geral de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Elaboração de História

Gilberto Aparecido Angelozzi

Gracilda Alves

Sabrina Machado Campos

Denise da Silva Menezes do Nascimento

Márcia Pinto Bandeira de Melo

Marcus Ajurua de Oliveira Dezemone

José Ricardo Ferraz

Priscila Aquino da Silva

Inês Santos Nogueira

Renata Moraes

Erika Arantes

Maria José Carvalho

Rafael Cupello Peixoto

Gustavo Souza

Claudia Affonso

Revisão de Língua Portuguesa

José Meyohas

Coordenação de

Desenvolvimento Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo

Paulo Vasques de Miranda

Desenvolvimento Instrucional

Aline Beatriz Alves

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Projeto Gráfico e Capa

Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura das Unidades

Andreia Villar

Diagramação

Camille Moraes

Filipe Dutra

Fernanda Novaes

Larissa Averbug

Mario Lima

Núbia Roma

Ilustração

Clara Gomes

Fernando Romeiro

Renan Alves

Vinicius Mitchell

Produção Gráfica

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Sumário

Unidade 13 | Cultura e contra cultura nos anos 60 5

Unidade 14 | Golpes e ditaduras na América Latina 43

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliá-lo numa jornada rumo ao aprendizado e conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um site da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores, etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como chats, fóruns.

Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar online no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço:
<http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "nome de usuário" e "senha".

Feito isso, clique no botão "Acesso". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Como você pode verificar no mapa da América Latina, a espacialização das fronteiras é feita por meio de linhas que definem os territórios dos diversos países existentes no mundo.

A divisão territorial dentro de um país é definida de diversas formas, a depender dos critérios adotados pelo seu governo. Há fronteiras internas que dividem regiões, estados e municípios. Há fronteiras administrativas, departamentais e distritais. Há fronteiras culturais e compreendem a sua divisão territorial de acordo com a sua

Os indivíduos que formam um povo são em comum aspectos culturais, como língua, religião, história, cultura, entre outros, compartilhados por povos de diferentes culturas e etnias, mesmo quando a extensão territorial que os envolve não é a mesma. Há povos que vivem sob a influência de um poder político central.



Golpes e ditaduras na América Latina

Fascículo 7
Unidade 14

Golpes e ditaduras na América Latina

Para início de conversa...

“

São os homens e eu aqui parado de pijama
Eu não gosto de passar vexame
Chame, chame, chame
Chame o ladrão, chame o ladrão
Se eu demorar uns meses convém, às vezes, você sofrer
Mas depois de um ano eu não vindo
Ponha a roupa de domingo e pode me esquecer

”

(Chico Buarque de Holanda, sob o pseudônimo de Julinho de Adelaide – *Acorda Amor*)

Em 1974, o famoso músico Chico Buarque de Holanda precisou usar um nome falso - Julinho de Adelaide - para que suas canções pudessem ser gravadas e distribuídas. Na canção *Acorda Amor*, para não passar pelo vexame de ser preso, o homem pede para chamar o ladrão, justificando assim a presença da polícia na sua casa durante a noite. Ele aproveita ainda para alertar sua mulher que poderia não voltar, vindo a desaparecer pela ação policial. Naquela época, o Ministério da Justiça promovia a censura por motivos políticos, impedindo gravações que fossem consideradas críticas ao regime vigente. Mas o maior problema talvez não tenha sido a censura sofrida por Chico Buarque/Julinho de Adelaide. O triste e verdadeiro problema é que pessoas realmente estavam desaparecendo após serem presas: ao todo 140 desaparecidos, a maioria entre 1970 e 1975.

Você sabe qual o regime fez isso? Sabe por quanto tempo isso aconteceu sem que familiares sequer conseguissem respostas à procura dos parentes que sumiram?

Nesta primeira seção, falaremos sobre este e outros tipos de desrespeito aos direitos individuais mais elementares – liberdade de expressão; direito a um julgamento justo; direito à ampla defesa, já que ninguém é culpado até que se prove o contrário; e o direito à vida. Infelizmente, essas ações não se limitaram ao Brasil, mas se tornaram uma triste realidade em diversos países na América Latina, nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Coincidência? Mais uma vez não. Entender por que tais regimes surgiram e como funcionavam é um dos objetivos desta unidade. Mas não falaremos apenas disso, trataremos também das ações da sociedade brasileira contra essas práticas violentas e de como, por meio da luta, setores organizados da população procuraram impedir que esses atos lamentáveis pudessem se repetir.

Objetivos de aprendizagem

- Entender a emergência de golpes e ditaduras na América Latina nos anos 1960, 1970, 1980;
- Compreender as razões para o período de 1964 a 1985 ser uma ditadura;
- Identificar as características dos governos militares no Brasil;
- Reconhecer a importância dos movimentos de contestação à Ditadura Militar para o reestabelecimento da democracia no Brasil.

Seção 1

Golpes e ditaduras na América Latina

1964: nasce uma ditadura no Brasil e um modelo para o golpismo na América Latina

A deposição do presidente João Goulart, em 1964, é considerada como o episódio decisivo da política nacional na década de 1960, com consequências que se fazem presentes até os dias de hoje. A ordem democrática estabelecida em 1946, após o fim do Estado Novo, foi destruída. Nos anos seguintes a 1964, uma série de restrições aos direitos da população foram registrados.

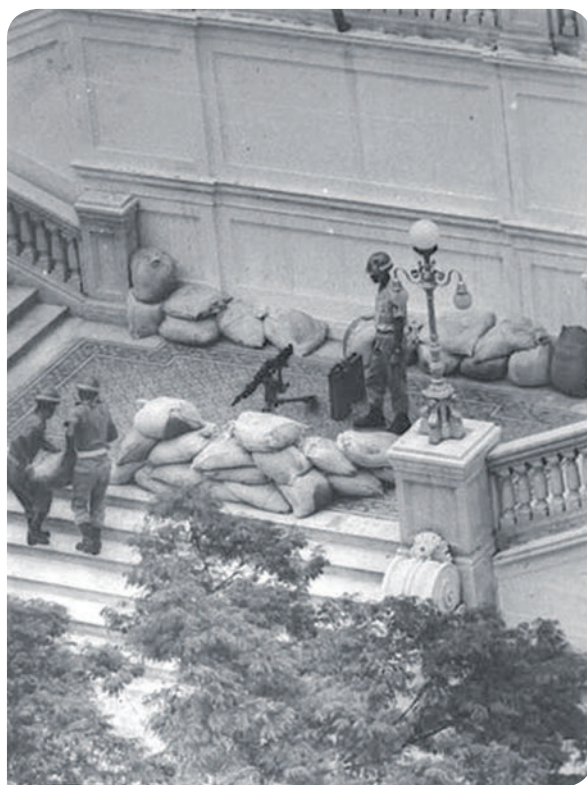


Figura 1: Militares da Força Pública, atual Polícia Militar, protegendo o Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro, durante o Golpe Militar no Brasil, em 31 de março de 1964.

Mas afinal, o que aconteceu em 1964?

Ao longo dos anos, diversas explicações foram dadas para entender o que ocorreu em 1964. Os vitoriosos cha-

maram seu movimento de uma "revolução democrática". Parte dos derrotados afirmou que houve um "golpe militar", atribuindo a responsabilidade pela derrubada do presidente Goulart quase que exclusivamente às Forças Armadas. Rejeitando tanto a ideia de uma "revolução democrática, quanto a de um "golpe militar", compreendemos os acontecimentos daquele ano como um golpe civil-militar. Ao acrescentar a palavra "civil", o que se procura é enfatizar que, sem o apoio de outros segmentos da sociedade, como parcelas da classe média, do empresariado, setores da Igreja Católica, partidos (como a UDN) e parte significativa da imprensa, não teria sido possível a iniciativa militar que garantiu o afastamento do presidente João Goulart e a permanência dos golpistas no poder por tantos anos.

O país vivia um momento político conturbado desde a chegada de Goulart à presidência, em 1961. O fenômeno eleitoral Jânio Quadros, até então o presidente que recebera a maior votação da história do Brasil, renunciou em menos de 7 meses depois de tomar posse. A rejeição ao vice-presidente Goulart quase lançou o país numa guerra civil. A solução para impedir o conflito armado e empossar Goulart foi a emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo.

Tudo isso refletia a polarização ideológica da Guerra Fria. Nas disputas e no debate político nacional, termos abundantemente utilizados na época, como "comunista" e "vermelho", serviam para desqualificar adversários.

Num contexto de crescente radicalização política, o país caminhava para a polarização, com muitos desprezando a democracia representativa, dando sinais de simpatia diante de soluções golpistas. De um lado, as tendências críticas ao capitalismo e às forças estabelecidas, como os estudantes, mobilizados na UNE; militares de baixa patente, reunidos em clubes de suboficiais; artistas; intelectuais; trabalhadores urbanos; trabalhadores rurais, organizados nas Ligas Camponesas, sob o lema "reforma agrária na lei ou na marra"; e o clandestino PCB. Do outro lado, parte da cúpula militar; setores da classe média; da Igreja Católica; parte da imprensa; políticos da UDN; governadores da oposição conservadora, que recebiam investimentos estadunidenses negados ao governo federal, tais como os governadores Magalhães Pinto em Minas Gerais, Ademar de Barros em São Paulo e Carlos Lacerda no **Estado da Guanabara**.

Vocabulário

Estado da Guanabara: Estado que existiu de 1960 a 1975, criado após a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro (mesmo nome do Estado) passou a ser a capital do novo Estado, em substituição à cidade de Niterói.

A questão que aumentou a crise foi a necessidade de apoio no Congresso Nacional para que o presidente Goulart aprovasse suas Reformas de Base. Após tentativas fracassadas de negociação política, Jango procurou estimular a mobilização popular, colocando o povo nas ruas como forma de pressionar o Poder Legislativo. Exemplo disso foi o Comício da Central do Brasil, ou Comício das Reformas de Base, realizado em 13 de março de 1964, que seria o primeiro de uma série de atos públicos.

Mas o fator que precipitou a iniciativa militar foram as demonstrações de quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. A velha máxima dos quartéis “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, se via ameaçada. Marinheiros que tinham se revoltado em 26 de março de 1964 foram anistiados, isto é, perdoados pelo presidente, que se recusou a puni-los, tal como a cúpula militar reivindicava. Para que não se tenha dúvida da importância disso para os oficiais das Forças Armadas, os marinheiros que se rebelaram em março de 1964 somente foram anistiados em maio de 2001, 22 anos depois de 1979, quando a maioria dos que foram perseguidos após 1964 recebeu esse benefício. Na cerimônia de 2001, os três ministros militares faltaram em sinal de protesto.



Figura 2. Acompanhe, através das datas, os principais fatores que culminaram no golpe civil-militar.

A Guerra Fria e o papel dos EUA

Nos anos seguintes, setores das Forças Armadas na América Latina copiariam a iniciativa dos militares brasileiros. Contribuiu para isso a formação anticomunista que estas Forças receberam desde o final da Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, o alinhamento com os EUA na Guerra Fria foi decisivo para a montagem de um sistema interamericano, cuja principal preocupação era a contenção do “perigo vermelho”. Medidas como o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e a criação da OEA (Organização dos Estados Americanos) representavam essa preocupação.

Mas talvez o aspecto decisivo para tal reprodução do golpe brasileiro na América latina tenha sido a difusão entre os militares latino-americanos da Doutrina de Segurança Nacional. Criada nos EUA durante a Guerra Fria, a doutrina entendia que o inimigo não estava mais no exterior, mas sim infiltrado dentro do país, o chamado “inimigo interno”. Presente nos mais variados setores, essa nova ameaça estava à espreita, pronta para agir e desestabilizar o país, levando-o à “subversão”, ou seja, à ameaça à ordem vigente e ao Estado.

Vocabulário

Subversão: Qualidade do subversivo, termo utilizado pelos governos militares para designar todo o indivíduo que tinha comportamento contestatório aos regimes ditatoriais latinoamericanos, em especial, aos simpatizantes do modelo comunista da URSS.

Se nas décadas de 1940 e 1950 já era posição dos EUA apoiar movimentos anticomunistas, essa postura se intensificaria depois da declaração do caráter socialista da Revolução Cubana de 1961 e do risco de um conflito nuclear após a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962. Temendo novos regimes socialistas na América Latina, o governo estadunidense apoiaria movimentos golpistas, estimulando as ações dos militares e promovendo o reconhecimento, quase que imediatamente, dos novos governos. Mesmo os regimes que se tornaram violentas ditaduras foram tolerados, pois isso ajudaria a conter a ameaça comunista.

Assim, após 1964, os seguintes países passaram por golpes de estado e ditaduras:

- **Bolívia (1971-1982)** - golpe militar de Hugo Bánzer, seguido do endurecimento do regime a partir de 1974;
- **Chile (1973-1990)** - em 1970, o médico Salvador Allende foi eleito para a presidência chilena, numa curta experiência socialista pela via democrática. Em 1973, um golpe de estado, liderado pelo General Augusto Pinochet, o derruba. O Palácio de *La Moneda*, sede do governo Chileno, é bombardeado, morrendo Allende e colaboradores próximos. Inicia-se uma das mais violentas ditaduras da América Latina, que aproveitaria a repressão para promover cortes de investimentos nas áreas sociais, privatizações e abertura econômica;
- **Peru (1968-1980)** - Juan Velasco Alvarado Geral depõe Fernando Belaúnde Terry, do Partido de Ação Popular (AP), iniciando a “primeira fase” do governo militar, nacionalista e promotora da reforma agrária. Outro golpe militar, em 1975, instala a ditadura de Morales Bermúdez, que inicia a “fase mais conservadora”;
- **Argentina (1976-1983)** - depois de uma sucessão de golpes, é instalada a ditadura militar de Rafael Videla, que derrubou Isabelita Perón, segunda esposa do ex-presidente Perón, que havia assumido após a morte do marido em 1973.

Instaurada no início dos anos 70, a operação Condor foi uma aliança político-militar entre os regimes militares de Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil; países que formam o Cone Sul. O principal objetivo da aliança era combater o "terrorismo internacional" que ameaçava os países do Cone Sul, isto é, os movimentos contestatórios aos regimes ditatoriais e as ações de guerrilheiros comunistas (como os movimentos dos Tupamaros, no Uruguai; os Montoneros, na Argentina; o MIR, no Chile; entre outros).



Saiba Mais

Há fortes indícios de que os membros participantes da operação Condor contaram com o auxílio do governo norte-americano em suas ações. A operação era dividida em três fases, a saber:

- 1) troca de informações entre os países participantes acerca de grupos e pessoas "subversivas";
- 2) perseguições, mortes e prisões de suspeitos que pudessem estar localizados em um dos seis países aliados;
- 3) ações em países estrangeiros.

A operação Condor foi responsável pela morte de milhares de pessoas. Alguns historiadores estimam que 30 mil pessoas tenham sido assassinadas em razão das ações dessa operação. O nome Condor faz referência a uma ave típica dos Andes, símbolo de astúcia na caça às suas presas. O governo militar brasileiro, por muitos anos, negou a participação do Brasil nas atuações do grupo.

Apoios ao golpe de 64.

"Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro".

Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: "A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura". De fato, trata-se de uma verdade, e, também, de fato, de uma verdade dura.

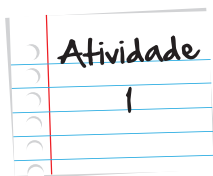
Já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro.

(...)

1964

Atividade

1



“Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

(...)

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país.

À luz da História, contudo, não há porque não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.”

Jornal O Globo, 31/08/2013.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

- a. Do que esta reportagem trata?
- b. Segundo a reportagem, é possível perceber que o golpe de 1964 contou com a participação de parcela da população civil? Justifique sua resposta com uma passagem do texto.

*Anote suas
respostas em
seu caderno*

Seção 2

Ditadura militar no Brasil



Figura 3: Os militares no poder.

Com a ascensão dos militares golpistas ao poder, em 1964, a expectativa dos grupos civis que os apoiavam era que seus opositores fossem afastados do cenário político. Daí, novas eleições seriam convocadas. Sem seus principais adversários, a UDN acreditava que chegaria à presidência da República, implementando, sem maiores resistências, o seu projeto liberal. Enfim, os golpistas, que foram neutralizados com a morte de Vargas em 1954, não conseguiram impedir a posse de JK, em 1955, e a de Jango, em 1961, e acreditavam ter finalmente alcançado o poder. No entanto, não foi isso que aconteceu. Os militares golpistas tomaram gosto pelo poder e acabaram permanecendo à frente do governo por 21 anos.

Como isso aconteceu?


A doutrina de segurança nacional importada dos EUA alterou os rumos do movimento militar: qualquer atividade crítica ao governo era considerada “subversiva”. Nesse sentido, seguem-se diversas medidas arbitrárias nos Atos Institucionais – AI’s. Por meio desse tipo de instrumento jurídico, o Poder Executivo conseguia se impor aos demais poderes. Indiscutivelmente, a existência dos AI’s tornava o Brasil uma ditadura. De 1964 a 1969 foram editados 17 AI’s.

Principais AI's	Ano	Característica
AI 1	1964	Cassações de políticos considerados "subversivos".
AI 2	1965	Extinguiu os partidos políticos existentes e criou o bipartidarismo: - o partido do governo: ARENA (Aliança Renovadora Nacional). - o partido da oposição consentida, isto é, que o regime permitia que existisse e atuasse, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).
AI 3	1966	Adiamento das eleições presidenciais, tornadas indiretas.
AI 4	1966	Abertura do Congresso para aprovar uma nova constituição.
AI 5	1968	O pior dos AI's. Fechou o Congresso Nacional, cassou mandatos, suprimiu direitos e fortaleceu a autoridade presidencial.

Tabela 1: Os principais Atos Institucionais outorgados pelo governo militar e suas respectivas características.

Outro aspecto que reforça o caráter ditatorial foi a escolha dos presidentes no período. Nenhum foi eleito pelo voto direto e todos eram generais do Exército Brasileiro. Vamos conhecê-los.

1. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) e os primeiros AI's:

	<p>Castelo Branco foi o primeiro presidente militar da Ditadura e iniciou em seu governo a repressão a militares contrários ao golpe, lideranças sindicais e estudantis, Ligas Camponesas e intelectuais, como vários educadores.</p> <p>A criação de Inquéritos Policial-militares (IPMs), que investigavam e indiciavam os suspeitos de "subversão", garantiam a eficiência da repressão. Essa foi promovida ainda pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva.</p> <p>No campo econômico foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que reduziu a inflação e o déficit público às custas dos trabalhadores, que tiveram seus salários "arrochados", ou seja, recebiam aumentos que não permitiam recuperar seu poder de compra.</p>
---	--

2. Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969): a ditadura mostra suas garras com o AI-5:

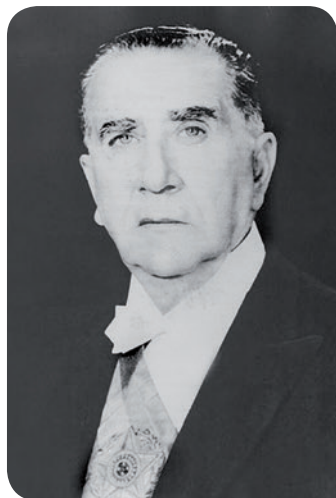


Costa e Silva assume o governo com promessas de diálogo e uma leitura liberal da nova Constituição de 1967. Esta estabeleceu eleições indiretas para presidente e governadores e aumentou o poder do presidente.

Nesse governo, ocorreu um aumento das contestações à ditadura. A novidade foi que até mesmo políticos que tinham apoiado o golpe, como Carlos Lacerda, não estavam mais satisfeitos com o regime. Lacerda criou a Frente Ampla, que tinha Juscelino Kubitschek e João Goulart como participantes, para reivindicar a redemocratização.

Em reação a essas mobilizações, numa sexta-feira 13, em dezembro de 1968, foi baixado o AI-5. Este ato, ao contrário dos anteriores, não tinha prazo para acabar. Com ele, o presidente voltou a ter poderes para fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Além disso, o AI-5 suspendeu a garantia de *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional; expurgou vários funcionários públicos, inclusive muitos professores universitários; estabeleceu na prática a censura aos meios de comunicação – porque a censura à Imprensa se instala a partir do Golpe – e a quaisquer manifestações culturais contrárias ao governo. Além disso, a tortura passou a fazer parte dos métodos da repressão política.

3. General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974): o auge da repressão e o milagre brasileiro:



Com a morte do Marechal Costa e Silva, foi criada uma Junta de Ministros Militares que impediu a posse do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, um dos poucos integrantes do governo contrários ao AI-5. Sob a Junta Militar, o Congresso enfraquecido aprovou o General "linha dura" Médici. Seu governo foi marcado pelo auge da violenta repressão a quaisquer movimentos contestatórios e por uma propaganda oficial em torno do slogan do "Brasil Grande", amparada no crescimento da economia com o "milagre brasileiro" e no tricampeonato mundial de futebol, vencido no México, em 1970.

O "milagre econômico" estendeu-se de 1969 a 1973, combinando extraordinário crescimento econômico com períodos de baixa na taxa de inflação. A disponibilidade de recursos da economia mundial possibilitou aos países em desenvolvimento uma maior facilidade de adquirir empréstimos. Foi esse o "santo" por trás do "milagre": os empréstimos obtidos no exterior. Uma maior circulação de capital permitiu a ampliação de créditos aos consumidores, atraindo fortes investimentos das empresas multinacionais. A indústria automobilística liderou o crescimento anual em 30% e a venda de aparelhos de TV praticamente triplicou.

O bom desempenho do "milagre" dependia, cada vez mais, das condições internacionais, com a oferta de capitais para serem emprestados. Foi por isso que o milagre acabou quando as condições internacionais se alteraram, a partir de 1973. Após a **Guerra do Yom Kippur** (1973), entre árabes e israelenses, houve o I Choque do Petróleo.

Vocabulário

Guerra do Yom Kippur: Em outubro de 73, com uma ação surpresa, o Egito e a Síria atacaram Israel. Após cruzarem o Canal de Suez, tomaram de assalto as fortificações – "linha Bar-Lev" – que pertenciam aos israelenses pela extensão do canal. Continuaram avançando sobre a península do Sinai, havendo ainda a recuperação das Colinas de Golã por parte da Síria. O nome dado a esta guerra, Yom Kippur, relaciona-se com o dia da invasão, realizada no feriado judaico do "dia do perdão". Os israelenses, após três semanas, recuperaram suas posições. EUA e União Soviética interferiram no conflito, o que gerou preocupações de um confronto em maior escala, havendo até mesmo a primeira declaração de alerta nuclear desde a crise dos mísseis cubanos.

Nesse contexto, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), composta predominantemente por países do Oriente Médio, provocou a alta do preço do barril do óleo. Os países produtores de petróleo quadruplicam o preço do produto causando profunda instabilidade na economia mundial, levando a uma crise com retração de empréstimos e investimentos.

O encarecimento do óleo atingiu a economia mundial e os empréstimos para países, como o Brasil, foram reduzidos e ficaram com juros muito mais altos. Com isso, a dívida externa atingiu limites recordes. O crescimento econômico foi interrompido e a concentração de renda no Brasil aumentou. A hora de “dividir o bolo”, na fórmula defendida pelo ministro Delfim Neto de “deixar o bolo crescer, para depois repartir”, estava cada vez mais distante de acontecer.

O futebol é uma paixão nacional, não é mesmo? Afinal de contas somos o país do futebol e única nação cinco vezes campeã da Copa do Mundo. No entanto, nem sempre esse esporte foi usado unicamente para fins culturais e de diversão. Ele já foi alvo de interesses políticos. Durante o regime militar, o futebol foi importante ferramenta de propaganda dos governos ditatoriais.

No governo Médici, a conquista da Copa do Mundo em 1970 foi utilizada para alavancar seu governo, exaltar o Brasil e diminuir as vozes da oposição (*slogans* como “Brasil Ame ou Deixe-o”, “Ninguém segura este país” foram criados dentro deste contexto). Dizem, inclusive, que a substituição do técnico João Saldanha, jornalista e treinador, que classificou o Brasil para a disputa da Copa do Mundo no México, em 1970, por Mario Jorge Lobo Zagallo foi fruto de interferência do governo militar de Médici. O presidente percebia Saldanha como um elemento “subversivo”.


Saiba Mais



Figura 4: Seleção brasileira de 1970, tricampeã de futebol no México em 1970.



Saiba Mais

Não foi apenas a seleção brasileira que foi usada pelo governo militar. O Santos Futebol Clube, time em que Pelé jogava, foi utilizado muitas vezes como instrumento diplomático para estreitar relações ou diminuir e redirecionar as críticas feitas ao Brasil, em especial pelos países europeus, pelo autoritarismo e violação dos direitos humanos de seu governo.

Diversos jogadores de futebol foram vigiados e seus passos mapeados pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão de vigilância do governo militar, sendo muitos deles impossibilitados de jogarem na seleção brasileira. O caso mais notório foi o de Afonsinho. Jogador de futebol com passagens marcantes por Botafogo (1965/70), Vasco (71), Santos (72), Flamengo (73/74) e Fluminense (81/82). Ele nunca foi convocado para a seleção brasileira, mesmo com o inegável talento que possuía. Ao se recusar a cortar seus cabelos e barba chegou, inclusive, a ficar impossibilitado de exercer a profissão por algum tempo, no ano de 1971, tendo que ir à justiça para conseguir obter a propriedade de seu próprio passe, feito inédito na época. Por seu comportamento crítico era considerado comunista e "subversivo". O próprio atual presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), José Maria Marin, é apontado por muitos jornalistas e estudiosos do período como um dos diretos responsáveis pela morte e tortura do jornalista Vladimir Herzog, crítico do sistema ditatorial brasileiro.



Multimídia

Afonsinho e o passe livre

Clique no link a seguir e conheça um pouco mais sobre a história do jogador Afonsinho e como ele, hoje, avalia as suas atitudes tomadas na época da Ditadura.

<http://oglobo.globo.com/rio/perfil-afonsinho-homem-que-mudou-jogo-9691469>

4. General Ernesto Geisel (1974-1979): abertura "lenta, gradual e segura":



A mais importante medida do governo Geisel foi a abertura lenta, gradual e segura, com a volta dos militares aos quartéis.

Enquanto tentava diminuir o ímpeto da "linha-dura", o governo permitiu que as eleições legislativas se realizassem num clima de relativa liberdade, com acesso dos dois partidos permitidos ao rádio e à televisão. O resultado foi o fortalecimento da oposição legal, o MDB, diante da ARENA.

Em seu governo, Geisel combinou medidas repressivas, como a utilização do AI-5 e o fechamento do Congresso em 1977, com medidas de abertura política, como o fim do Ato Institucional nº 5 – AI 5.

5. General João Batista Figueiredo (1979-1985): Anistia, pluripartidarismo e Diretas Já:



No mandato de Figueiredo houve a continuidade do processo de abertura, iniciado por Geisel. A primeira medida nessa direção foi dada em 28 de agosto de 1979 quando foi decretada a Anistia ampla, geral e irrestrita.

No mesmo ano, a ARENA e o MDB foram extintos e novos partidos políticos foram criados. O Congresso aprovou uma lei de reforma partidária com a formação de novos partidos, que seriam legalizados nos anos seguintes: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Ivete Vargas; Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; Partido dos Trabalhadores (PT), de Lula; Partido Popular (PP), de Magalhães Pinto e Tancredo Neves. A ARENA transforma-se no Partido Democrático Social (PSD), herdeiro da velha UDN. Este é o novo partido do governo, de Paulo Maluf e Delfim Neto. O MDB, procurando manter a imagem de partido de oposição à ditadura, transforma-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de Ulysses Guimarães.

Em 1982, a realização de eleições gerais dava prosseguimento às medidas de abertura do regime militar, iniciadas com a Anistia. Mas a “linha dura” das Forças Armadas não estava satisfeita com a abertura política. Através de atentados terroristas, a linha-dura pretendia incriminar grupos de esquerda e disseminar o pânico pela sociedade. Alguns desses atentados chegaram a ser executados (os do Riocentro e da OAB, por exemplo), enquanto outros, felizmente, ficaram apenas nas intenções (como o plano de explodir o gasômetro do Rio de Janeiro). A expectativa era a de impedir a continuidade do processo de devolução do poder aos civis.

Em 1982, ainda, foram realizadas eleições diretas para governadores, senadores, prefeitos e deputados federais e estaduais em quase todo o país (excluídas as áreas de segurança nacional, como os municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Volta Redonda, que só puderam escolher diretamente seus prefeitos depois de 1985). No âmbito estadual, a oposição ao regime vence em Minas Gerais com Tancredo Neves, em São Paulo com Franco Montoro e no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola.



A vitória da oposição nesses estados foi fundamental para a maior mobilização política da história do país até então: a Campanha das Diretas Já. Com a presença de 1 milhão de pessoas na Candelária, no Rio de Janeiro, e de 1,3 milhão no Anhangabaú, em São Paulo, os comícios reuniam políticos e lideranças de oposição que queriam que o sucessor de Figueiredo fosse escolhido pelo voto direto. Apesar da forte mobilização, a proposta de alteração da Constituição não recebeu os votos necessários, e com isso não foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Assim, o sucessor do general Figueiredo foi escolhido pelo voto indireto. O Colégio Eleitoral de 686 cidadãos elegeu o presidente, em nome de 60 milhões de eleitores. Tancredo Neves seria o primeiro civil a ocupar o posto máximo da República desde 1964. A votação, que deu vitória tranquila para Tancredo, com 480 votos, contra 180 recebidos por Paulo Maluf, o candidato do PSD, marcou o fim do **regime de exceção** brasileiro, que havia sido anunciado mais de dez anos antes. No dizer do presidente eleito, iniciava-se a “Nova República”.

Porém, o presidente eleito adoece, é internado, e morre no hospital, antes da posse, num dos mais dramáticos episódios da História republicana do Brasil. Toma posse o vice-presidente eleito, José Sarney, ex-líder da ARENA e ex-presidente do PSD, que deixou o partido junto com vários dissidentes para formar a Frente Liberal, aliando-se, em seguida, ao PMDB, por obra e articulação de Tancredo.

Leia a letra de música de Miguel Gustavo e responda às questões:

Pra Frente Brasil (Copa de 1970)
Noventa milhões em ação
Pra frente Brasil
Do meu coração
Todos juntos vamos
Pra frente Brasil
Salve a Seleção

De repente é aquela corrente pra frente
Parece que todo o Brasil deu a mão
Todos ligados na mesma emoção
Tudo é um só coração!

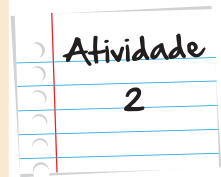
Todos juntos vamos
Pra frente Brasil, Brasil
Salve a Seleção.

Composição: Miguel Gustavo, 1970

Fonte: <http://www.vagalume.com.br/os-incriveis/pra-frente-brasil.html>

- Em 1970, o Brasil se consagrou tricampeão mundial de futebol. De que maneira, o governo militar do general Médici utilizou-se da conquista brasileira em seu governo?
- Relacione a letra de música acima com os slogans publicitários utilizados pela ditadura militar como: “Ninguém segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Você constrói o Brasil”.

Anote suas
respostas em
seu caderno



Seção 3

Movimentos de contestação ao regime militar



Figura 5. Rua do Rio de Janeiro completamente tomada. Segundo as autoridades, mais de 100 mil pessoas participaram dos manifestos de 17 de junho de 2013.

As manifestações que aconteceram em diversas cidades do Brasil, em junho de 2013, chamaram a atenção do mundo inteiro. Muitos analistas se diziam surpreendidos com tais atos, que não eram observados desde o começo dos anos 1990. Nas semanas seguintes, se intensificaram, por motivos diversos, protestos e reivindicações em todo país.

O que foi pouco mencionado é que essas ações se inserem numa história e numa tradição de contestação que acompanhou segmentos da sociedade brasileira. Em especial, durante a Ditadura Militar, mesmo com a repressão e a vigilância constantes, setores da sociedade encontraram brechas e exploraram as margens estreitas do regime para protestarem e reivindicarem direitos. São essas ações de que trataremos a seguir.

A contestação nas artes

“Mais que nunca, é preciso cantar”, sugeria a voz de Nara Leão no musical *Opinião*, onde ela expressava com seu canto os desejos de todos que se opunham ao Golpe de 1964: esperança e resistência. A cantora subia no palco com

dois compositores de origem popular, o carioca da zona norte Zé Kéti e o maranhense João do Vale. Sem dúvida, se tratava da primeira resposta, de cunho artístico, ao Golpe. O nome da peça resume o conteúdo da arte nesse momento: ela se faria tanto mais expressiva quanto mais se tivesse “OPINIÃO”, quanto mais ela se fizesse instrumento para a divulgação de conteúdos políticos e sociais de protesto.

Não só essa peça, mais outras, como “*Liberdade, Liberdade*”, encenada no Teatro Arena, e *O Rei da Vela*, no Teatro Oficina, mostravam o ambiente cultural de busca de mobilização do público, de denúncia e de renovação da linguagem artística, fazendo-a uma amostra da realidade difícil da maioria do povo brasileiro.

No cenário musical, em 1967, acontecia o III Festival da Música Popular Brasileira que marcou a música nacional, devido ao surgimento do Tropicalismo. As músicas “*Alegria, Alegria*”, de Caetano Veloso e “*Domingo no Parque*”, de Gilberto Gil, trazem um modo original de compor, de organizar arranjos e de cantar.

No arranjo da música de Gil, encontram-se mesclados elementos da tradição popular, da tradição mais culta e o que havia de mais avançado na técnica da música internacional. A canção de Caetano traz à tona o cotidiano da cultura urbana do momento: bancas de revista, fotos e nomes, telefone, entre outros elementos. Destaca-se ainda uma tomada de posição crítica quanto aos rumos da MPB e uma crítica comportamental: a família, o casamento, a sexualidade, passam a ser problematizados. Percebe-se certa presença dos movimentos *hippie* e da *contracultura* que nesse momento influenciavam jovens em todo o mundo.

“Caminhando contra o vento

sem lenço sem documento

no sol de quase dezembro

eu vou

(...)

o sol se reparte em crimes

espaçonaves guerrilhas

em cardinales bonitas

eu vou (...)

por que não? por que não?”

(Caetano Veloso, Alegria Alegria)

Outros exemplos dessa criação cultural contestatória observamos no cinema e no teatro. O cinema traz para as telas a miséria de um povo sem direitos mínimos, como nos trabalhos de Cacá Diegues e Glauber Rocha. No teatro, grupos como o Oficina e o Arena procuram dar ênfase aos autores nacionais e denunciar a situação do país.

Importante

Sérgio Porto, sob o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, publicou o FEBEAPÁ (Festival de Besteiras que assolam o país) - um inventário com os absurdos praticados pelas autoridades brasileiras:

"Foi então que estreou no Teatro Municipal de São Paulo a peça clássica Electra, tendo comparecido ao local alguns agentes do DOPS para prender Sófocles, autor da peça e acusado de subversão, mas já falecido em 406 a.C."

"Em Campos houve um fato espantoso: a Associação Comercial da cidade organizou um júri simbólico de Adolph Hitler, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. Ao final do julgamento, Hitler foi absolvido."

O movimento estudantil

As manifestações de rua contra o regime militar aumentaram em 1968 com a indignação diante da morte do estudante secundarista Edson Luís. O crime aconteceu durante a repressão policial a um protesto, realizado no Rio de Janeiro, contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante Calabouço. A data de sua morte passou a marcar *O Dia Nacional da Luta* – no âmbito estudantil –, com a realização de passeatas e manifestações anualmente, e deu nome ao jornal da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas – RJ (AMES) – “Jornal 28 de março”.

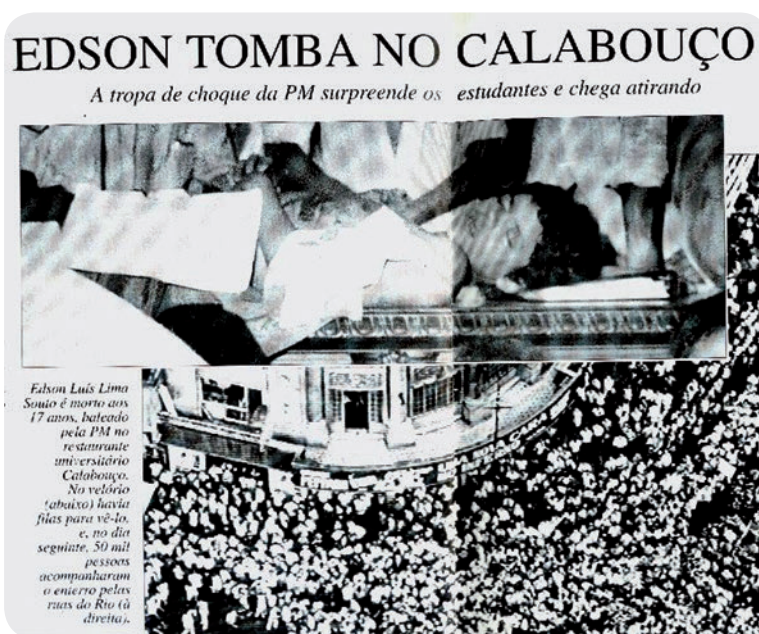


Figura 6: Jornais noticiam a morte do estudante Edson Luís.

O ponto alto da mobilização da sociedade na luta pela democratização foi a passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro. Não só estudantes, mas artistas, trabalhadores, setores da Igreja e da classe média, estiveram presentes. Agora, eram os filhos da classe média que saíam às ruas. Não para apoiar o golpe civil-militar como em 1964, mas sim, para repudiar o regime estabelecido.



Figura 7. Passeata dos 100 mil.

“Tem dias que a gente se sente

Como quem partiu ou morreu

A gente estancou de repente

Ou foi o mundo então que cresceu

A gente quer ter voz ativa

No nosso destino mandar

Mas eis que chega a roda viva

E carrega o destino pra lá...”

(Chico Buarque de Holanda, Roda Viva)

As organizações da esquerda armada: a guerrilha urbana e a rural

Depois do AI-5, com as perseguições e prisões, muitos militantes do movimento estudantil ingressariam na luta armada.

Com forte atuação nos centros urbanos, entre 1968 e 1973, podemos destacar a ALN (Ação Libertadora Nacional) que nasceu da cisão do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Dentre suas estratégias de atuação podemos citar os sequestros para conseguir recursos financeiros e a libertação de companheiros de luta. A história desta organização está atrelada ao nome de **Carlos Marighella**, antigo dirigente do PCB. Marighella foi uma das vítimas da repressão contra os opositores do regime militar, sendo executado em 4 de novembro de 1969, em São Paulo. A repressão e as prisões dos guerrilheiros comprometeram a sobrevivência do grupo, que se desarticulou em 1974.

Apesar de alguns setores das esquerdas defenderem propostas de luta armada para alcançar o socialismo, após o AI-5, atos violentos, inclusive com mortes, seriam promovidos. A ação mais espetacular das muitas organizações da esquerda armada foi o rapto do embaixador dos EUA no Brasil. Essa foi uma das ações de maior ressonância, com a leitura de um manifesto em cadeia nacional de televisão, conseguindo a libertação de quinze presos políticos, que seguiram para o México. Todo esse episódio foi relatado no livro *O que é isso companheiro*, de Fernando Gabeira, transportado para as telas de cinema, em 1997, no filme homônimo, dirigido por Bruno Barreto.

O sucesso dessa iniciativa levaria, nos anos seguintes, ao sequestro de outros diplomatas estrangeiros para trocá-los por prisioneiros políticos. Depois da promulgação do AI-13, a pena para os sequestradores seria o banimento do território nacional.

Durante o governo do General Médici (1969-1974) e em parte do governo do General Geisel (1974-1979), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizou destacamentos guerrilheiros nas localidades de Xambioá e Marabá, no Pará, posicionando-se como resistência armada à ditadura. Contra eles, a *linha dura* insistiu em investidas mais fortes e conseguiu a aplicação de quatro caças de combate T-6, quatro helicópteros UH, três aviões Búfalo, um C-47 e quatro aviões D-19. Alguns depoimentos de militares indicam a utilização de **napalm**, além de um efetivo de homens estimado em dez mil.

Vocabulário

Napalm: Mistura de substâncias viscosas e petróleo (ou similar combustível), usada como armamento militar. Quando usada contra uma pessoa, essa arma se gruda à pele humana, incendiando-se e, conseqüentemente, causando severas queimaduras.

Num primeiro momento, a repressão fez prisioneiros. Na medida que as forças militares perceberam que a guerrilha se enfraquecera, os militantes passaram a ser caçados e assassinados. Ainda hoje seus familiares lutam para saber o destino dos corpos.



Figura 8: No mapa, em amarelo, a região do Araguaia. No círculo, a área de enfrentamento entre guerrilha e exército (1972-74).

No interior do país destacou-se a Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974, sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Os integrantes defendiam o fim da exploração dos grandes proprietários de terras sobre os trabalhadores rurais e afirmavam que a tomada do poder deveria começar em áreas rurais, ganhando com isso, a adesão de parte da população camponesa local. A ditadura militar reagiu e enviou para a região tropas que agiram com extrema violência contra os rebelados: muitos moradores da região foram presos e espancados e a campanha militar terminou com a morte de inúmeros guerrilheiros. Acredita-se que metade do número total de desaparecidos políticos no Brasil se refere aos guerrilheiros do Araguaia.



Figura 9: Grupo de guerrilheiros no Araguaia, década de 1970. Corpos de guerrilheiros mortos com as mãos amarradas, observados por militares.

O tema "Esquerda Armada" ainda é polêmico. Alguns acusam a guerrilha de ter "endurecido" a ditadura militar com seus atentados, dando a eles uma desculpa para não abrir o regime. Outros afirmam que, em nome da justiça e da igualdade social, a esquerda armada também cometeu crimes e outras arbitrariedades. Tal como dizia o manifesto publicado pelos guerrilheiros na negociação da soltura do embaixador norte americano: "Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente."

A imprensa alternativa

No final dos anos 1970, o regime era questionado não somente pelo MDB, como também pela oposição de outros segmentos da sociedade. Os fatos que eram abafados na imprensa, seja pela censura, seja pela simpatia na defesa do regime pelos empresários dos meios de comunicação, cada vez mais vinham a público. Exemplo disso foram as denúncias de torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão, como a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em 1976.

O semanário carioca *O Pasquim* é um dos maiores exemplos da imprensa chamada, na época, alternativa (contrastando com a grande imprensa) ou imprensa nanica (devido às mínimas equipes e tiragens). Oposição ferina e descontráida ao regime militar, *O Pasquim* reuniu nomes como Henfil, Jaguar, Ziraldo, Sérgio Cabral, Millôr, Paulo Francis e Paulo de Tarso. Foi censurado e perseguido, com sua equipe de redação sofrendo uma prisão coletiva, mas deixaria um legado que inspiraria outras publicações.

O jornal *Brasil Mulher* foi um desses exemplos. Jornal feminista, editado em Londrina, com **sucursais** no Rio e em São Paulo, junto com outros periódicos como *Nós Mulheres* (1976) e *Mulherio* (1981), defenderam uma concepção

alternativa de política, que articulava a luta geral pelo socialismo com a luta pela emancipação das mulheres. A valorização do cotidiano, as relações pessoais, a subjetividade, as experiências de vida foram algumas das inovações que esses jornais trouxeram.

Numa outra direção, surgiram jornais voltados para homossexuais no final da década de 70. Esses jornais buscavam politizar a questão do homossexualismo e inseri-la numa luta mais ampla, afirmando que uma sociedade livre seria aquela que permitisse a livre opção sexual e o livre exercício do prazer. Destacam-se os jornais *Gente Gay*, da Aliança de Ativistas Homossexuais, lançados em 1977; o jornal *Boca da Noite*, lançado em 1980; e o *Lampião da Esquina*, lançado em 1981. Todos eles do Rio de Janeiro.

No final dos anos 1970, ganha força a “Imprensa Negra”. Esta imprensa representou o renascer do movimento negro no Brasil, após a repressão indiscriminada dos primeiros anos do regime militar, e espelhou os principais debates e pontos de conflito dentro deste movimento. Em torno de jornais como *Sinba* (1977), *Tiçã* (1978) e *Koisa de Crioulo* (1981), se consolidou um grupo de militância que teve grande importância nos anos posteriores.

Apesar da vigência da censura, a imprensa alternativa construiu um espaço em que as diferentes reivindicações dos movimentos sociais – feminista, gay e negro – somente seriam alcançadas com a derrubada do regime autoritário.

Os movimentos de trabalhadores da cidade e do campo

Além disso, se fortalecia uma nova oposição: a sindical. A primeira greve, desde o AI-5, foi protagonizada pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista - região formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Essa greve representou a adesão da classe trabalhadora à luta contra o regime. O presidente Figueiredo decreta a intervenção nos sindicatos de metalúrgicos e muitos dirigentes foram presos, dentre eles, Luiz Inácio “Lula” da Silva. Contudo, devido às pressões da sociedade, a ordem de prisão foi suspensa e os sindicalistas presos foram libertados. Assim, multiplicam-se as greves, principalmente no ABC paulista. Dos movimentos de trabalhadores organizados emerge o “novo sindicalismo” — em cujo campo surgiu o PT (1980).

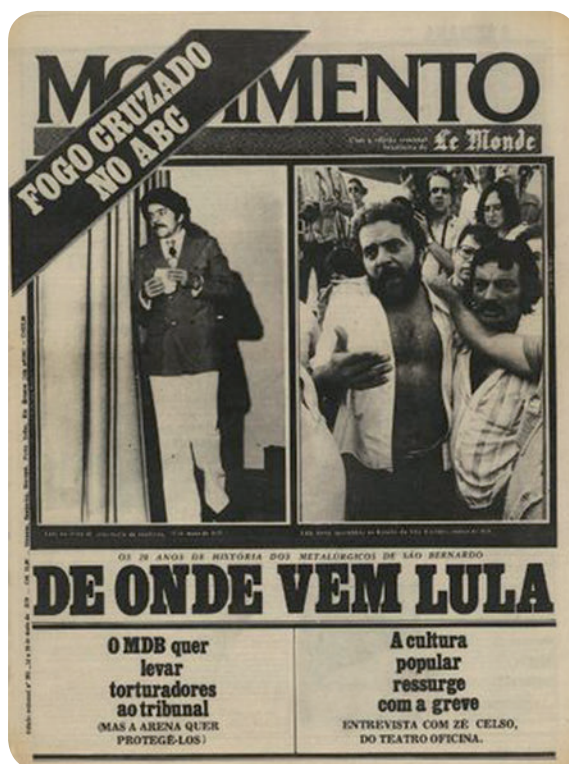


Figura 10: Jornal “Movimento”, anunciando uma matéria sobre Luiz Inácio Lula da Silva.

No campo, as ocupações de terra se intensificam a partir de 1979. O avanço dessas lutas leva à fundação do MST (Movimento dos Sem Terra), em 1984, organização que hoje é referência para movimentos sociais de esquerda em toda a América Latina, no campo e na cidade.

Toda essa resistência aponta para a importância que teve a participação popular na garantia da reabertura política no país.

Saiba Mais

Comissão da Verdade

Instalada em 16 de maio de 2012, no governo Dilma, a partir da criação da Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011, a Comissão da Verdade tem por objetivo apurar a violação de direitos humanos, no período entre 1946 e 1988.

Durante a cerimônia de posse aos sete integrantes da comissão (Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, João Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha), Dilma destacou que a comissão não tem por princípio o revanchismo ou é movida pelo ódio; pelo contrário, destacou que sua instalação procura fazer com que o Brasil conheça a totalidade de sua história: *“A ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latente mágoas e rancores”*. Com a missão de apurar os crimes e violações dos direitos humanos durante o período militar, a comissão terá o prazo de dois anos para realizar as investigações necessárias.

Mais do que levantar ou expor os crimes contra os direitos humanos praticados pelas ações nefastas dos "povões" da Ditadura, a Comissão da Verdade pode proporcionar ao Brasil uma chance única: a cicatrização de feridas ainda abertas em nossa sociedade, resultado das iniciativas violentas dos governos militares e que ainda hoje clamam ser solucionadas.

Saiba Mais



Essa é a página oficial da Comissão da Verdade. Nela, você pode ter acesso a todas as investigações que são realizadas pelo grupo. Acesse: <http://www.cnv.gov.br/index.php>

Como se deu o fim da Ditadura?

O processo de abertura política da ditadura militar brasileira teve início durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1978), aprofundando-se no governo de João Figueiredo (1979-1985). Na seção 3, você viu alguns dos movimentos da sociedade a favor da abertura política durante esse período, cite um deles.

Atividade

3

Anote suas respostas em seu caderno

Multimídia



O site *Brasil: Nunca Mais Digital* tem um dos acervos mais completos acerca dos crimes do período ditatorial brasileiro. Vale a pena conferir! Acesse: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>

Resumo

- Nas décadas de 1960 e 1970, a América Latina sofreu diversos golpes de estado que conduziram a regimes autoritários de direita.
- Essas ditaduras violaram sistematicamente diversos direitos humanos, promovendo a censura, a repressão e a violência contra seus críticos e opositores.
- As sociedades latinoamericanas desenvolveram diversas formas de contestação que contribuíram para a retomada da ordem constitucional e democrática. O caso brasileiro exemplifica muito bem esse processo.
- Os 21 anos do regime militar só foram derrotados graças à ação de diversos movimentos de resistência nos quais se engajaram artistas, estudantes, políticos, trabalhadores do campo e da cidade e diversos outros grupos que lutaram por seus direitos.
- Apesar do sucesso dessas lutas e do fim da ditadura, a democracia é um bem que ainda precisa ser aperfeiçoado no nosso país e no continente.

Veja Ainda

Filmes:

- *Jango*. Direção de Silvio Tendler. Brasil, 1984. Documentário, 35mm, 117 min., Caliban. Narração de José Wilker.
- *O Sol: caminhando contra o vento*. Direção de Tetê de Moraes. Brasil, 2005. Documentário, 35mm, 95 min., Vemver.
- *Hércules 56*. Direção de Sílvia Da-Rin, 2006. Documentário, 35mm, 94 min., RioFilme.
- *Tancredo: a travessia*. Direção de Sílvia Tendler. Brasil, 2010. Documentário, 120 min., Intervideo Digital.

REFERÊNCIAS

- CHASTEEN, John Charles. *América Latina*. São Paulo: Campus, 2002.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. *O Brasil republicano*. 4 Vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. 3 Vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, p. 29-60, 2004
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editores, 2000.

- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Ana Maria. "América Latina: Dependência, ditaduras e Guerrilhas". In: AARÃO Reis et Alii (Org.) *O Século XX. Volume III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Imagens



- Acervo pessoal • Andreia Villar



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Guanabarasandbag.jpg>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=36048>



- <http://www.tvufg.org.br/wp-content/uploads/2012/03/o-dia-que-durou-21-anos.jpg>



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Castelobranco.jpg>



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Costa_e_Silva.jpg



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Garrastazu_m%C3%A9dici.jpg



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil_1970.JPG



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ernesto_Geisel.jpg



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Figueiredo.jpg>



- <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:ABr17062013TMZ0029.jpg>



- <http://www.rebeliao.org/2013/03/28/491/>



- <http://www.bradoreumbante.org.br/sites/default/files/passeatadoscmmil.jpg>



- http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerrilha_do_Araguaia



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerrilha_do_Araguaia



• <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=37099>



• <http://www.cnv.gov.br/index.php>



• <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>

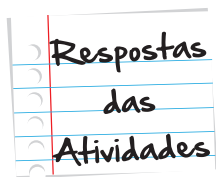
Atividade 1

- O reconhecimento das organizações Globo de que apoiou o golpe de 1964 e que o editorial exaltando a tomada de poder por um regime civil-militar foi um erro.
- Sim, como o texto destaca, *O Globo* não foi a única instituição a concordar com a intervenção dos militares em 1964, outros grandes jornais da época também o fizeram, como "O Estado de S.Paulo", a "Folha de S. Paulo", o "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã". Da mesma forma, parcela importante da população apoiou o golpe civil-militar, através da expressa adesão em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Atividade 2

- Durante o regime militar, o futebol foi importante ferramenta de propaganda dos governos ditatoriais. No governo Médici, a conquista da Copa do Mundo em 1970 foi utilizada para alavancar seu governo, exaltar o Brasil e diminuir as vozes da oposição
- Slogans como "Brasil Ame ou Deixe-o", "Ninguém segura este país" foram criados dentro desse contexto e ajudaram a construir um sentimento de nacionalismo acentuado, provocando verdadeiros antagonismos na sociedade brasileira. Isto é, amar o Brasil era, acima de tudo, compactuar com as ações do governo e não boicotar ou criticar qualquer questão que envolvesse o Brasil, inclusive o futebol.

Respostas
das
Atividades



Atividade 3

Você pode citar as ações de contestação nas artes, os movimentos de trabalhadores da cidade e do campo, as ações da imprensa alternativa com publicações como do *Pasquim*, algumas das organizações da esquerda armada ou ainda destacar o movimento estudantil e as Diretas Já.



O que perguntam por aí?

Questão 1 (Enem 2010)

A gente não sabemos escolher presidente/ A gente não sabemos tomar conta da gente/ A gente não sabemos nem escovar os dentes/ Tem gringo pensando que nós é indigente/ Inútil/ A gente somos inútil

MOREIRA, R. Inútil. 1983 (fragmento).

O fragmento integra a letra de uma canção gravada em momento de intensa mobilização política. A canção foi censurada por estar associada:

- a. ao rock nacional, que sofreu limitações desde o início da ditadura militar;
- b. a uma crítica ao regime ditatorial que, mesmo em sua fase final, impedia a escolha popular do presidente;
- c. à falta de conteúdo relevante, pois o Estado buscava, naquele contexto, a conscientização da sociedade por meio da música;
- d. à dominação cultural dos Estados Unidos da América sobre a sociedade brasileira, que o regime militar pretendia esconder;
- e. à alusão à baixa escolaridade e à falta de consciência política do povo brasileiro.

Gabarito: B

Questão 2 (Uerj 2011)

Tropicália

Sobre a cabeça os aviões

Sob os meus pés os caminhões

Aponta contra os chapadões

Meu nariz

Eu organizo o movimento

Eu oriento o carnaval

Eu inauguro o monumento no planalto central

do país

(...)

O monumento não tem porta

A entrada é uma rua antiga, estreita e torta

E no joelho uma criança, sorridente, feia e morta

Estende a mão

(...)

Disponível em www.caetanoveloso.com.br

O disco e a música Tropicália tornaram-se símbolos do “Tropicalismo”, movimento protagonizado por artistas e intelectuais, no Brasil, em finais da década de 1960.

Esse movimento destacou-se, principalmente, pela seguinte proposta:

- a. valorização do pluralismo cultural;
- b. denúncia das influências estrangeiras;
- c. enaltecimento da originalidade nacional;
- d. defesa da homogeneização de comportamentos sociais.

Gabarito: A

Questão 3 (UERJ - 2010)

Para nós, operários, milagre é conseguir sobreviver com os baixos salários que recebemos. Para isso, somos obrigados a trabalhar 12 a 13 horas por dia, e muitos trabalham aos domingos, o que significa, na prática, o fim de uma das maiores conquistas da classe operária: a jornada de 8 horas e o descanso semanal.

Manifesto da Oposição Metalúrgica de São Paulo, 1975.

Apud PAES, Maria Helena Simões. *Em nome da segurança nacional: do golpe de 64 ao início da abertura*. São Paulo: Atual, 1995.



In: *Nosso Século*, nº 78. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Entre 1969 e 1973, em função das taxas de crescimento então alcançadas, o momento econômico do país ficou conhecido como “milagre brasileiro”.

Com base no testemunho do movimento operário e na publicidade, pode-se concluir que os principais efeitos do “milagre brasileiro” foram:

- (A) elevação do PIB – expansão dos sindicatos;
- (B) nacionalização da indústria – revisão das leis trabalhistas;

(C) modernização da tecnologia – qualificação da mão de obra;

(D) internacionalização da economia – concentração de renda.

Gabarito: D

